

Negociações entre União e Estados

Dívida Pública

O governo federal já tem um esquema de rolagem da dívida dos governos estaduais a ser oferecido aos governadores numa reunião marcada para segunda-feira próxima em Brasília: a dívida estadual — US\$ 58 bilhões, igual à metade de toda a dívida externa brasileira — será rolada em 20 anos, com dois de carência, e os pagamentos nos primeiros anos serão pequenos para que os governadores possam ter alguma folga para executar obras e projetos. O governo federal admite, ainda, autorizar a reabertura de alguns bancos estaduais que foram fechados no ano passado, desde que os governadores aceitem investir recursos próprios dos Estados nessas instituições para capitalizá-las.

Em troca, o presidente Collor quer o apoio desses governadores e de suas bancadas no Congresso Nacional às propostas de emendas da Constituição que pretende levar ao Legislativo, para poder equilibrar as contas públicas, controlar a inflação e retomar o desenvolvimento. Já está mais do que provado e comprovado que sem essas mudanças é impossível retirar a economia brasileira do buraco, para começar a resgatar a maioria da população do País da miséria crescente em que vive.

O que o presidente Collor está propondo aos governadores é uma barganha política. Normalmente, num país com os lastimáveis costumes políticos do Brasil, esse tipo de procedimento causa arrepios. Barganha política é quase invariavelmente sinônimo de fisiologismo, negociata, falcaturia, jogadas político-eleitorais e outros tipos de procedimentos condenáveis muito comuns no cenário político nacional. Porém, a negociação política, a troca de favores por apoios, nem sempre é condenável. Ela pode ser absolutamente legítima, quando feita às claras, com transparência, para usar uma expressão da moda, e quando as duas partes estão defendendo apenas o interesse público, os interesses legítimos dos cidadãos que eles governam e representam. Nesse caso não se trata de negociar favores, mas de negociar reivindicações.

E é o que, em princípio, se pretende com esse entendimento entre o governo federal e os governos estaduais. Os governos estaduais precisam resolver a questão de suas dívidas porque elas adquiriram uma dimensão tal que já não é mais possível administrá-las confortavelmente ou empurrar o problema com a barriga, como foi feito nos últimos anos. Com exceção dos governadores de Santa Catarina, Paraná, Ceará e Espírito Santo, que receberam as contas de seus Estados ajustadas,

mas não com folga, nenhum outro governador empossado em março fez outra coisa, até agora, a não ser tapar buracos no orçamento. O governo federal, de seu lado, não tem condições de ficar socorrendo os Estados. Seus recursos mal dão para o custeio de sua máquina. As autoridades de Brasília sabem, porém, que não podem deixar os governadores à míngua. É preciso dar-lhes algum fôlego para trabalhar. Se a situação atual persistir, quem sai perdendo no final é o cidadão, que não contará com serviços de qualidade prestados pelos Estados (e pela maioria dos municípios que vivem o mesmo problema).

Como a penúria financeira não atinge apenas os Estados e municípios, mas ataca também o governo federal, as autoridades econômicas querem, em troca do alívio que darão aos governadores, que eles ajudem a aliviar as agruras, da União, facilitando a retirada da Constituição dos “Miseráveis” dos pontos que entravam o enxugamento do aparelho estatal e a abertura da economia. Algumas mudanças que interessam diretamente também aos governadores, como é o caso do fim da estabilidade para o servidor público e o fim da aposentadoria por tempo de serviço.

Em tese, tudo gira em torno do interesse nacional.

Escaldados, porém, em negociações idênticas em passado recente e que acabaram fracassando — no governo Sarney pelo menos um programa de rolagem de dívida e um programa de saneamento dos bancos estaduais foram celebrados e depois rompidos —, o ministro Marcílio e seus assessores pretendem exigir alguma coisa a mais dos governadores além do apoio às mudanças na Constituição. Eles querem também um compromisso de austeridade por parte dos governadores daqui para a frente, com normas e metas claras a serem cumpridas. Por exemplo: como determina a Constituição, o gasto com pessoal só poderá consumir 65% da receita do Estado; e o governador deverá reservar pelo menos 15% da arrecadação para investimentos. Quem deixar de cumprir o estabelecido, será excluído do programa.

É nesse ponto que o presidente Collor tem que ser absolutamente intransigente e não fazer nenhuma concessão. De nada adiantarão os acertos sobre a dívida agora e as mudanças na Constituição se depois os Estados e municípios voltarem a gastar mais do que arrecadam e a usar os seus bancos como verdadeiras “casas de moeda”.